

APRESENTAÇÃO

Como consta na orientação editorial desta nossa *Revista da SEP*, publicamos artigos acadêmicos de diversas tendências, desde que expressem oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais e mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo. Entretanto, mesmo aqueles simpatizantes do liberalismo e/ou defensores de argumentos ortodoxos – por verem neles alguma contribuição para a compreensão da realidade socioeconômica que nos cerca – não deixarão de reconhecer que o capitalismo é um sistema de vocação universal, visto que requer, em nome de uma presumida eficiência, liberdade plena para a circulação de bens, serviços, dinheiro e capital. Nesse sentido, as últimas décadas, a partir do início dos anos 80 do século passado, teriam constituído o ambiente ideal à efetivação dessa vocação nada natural, absolutamente histórica. Não por acaso este último período foi aberto pelas supostas alvíssaras trazidas pelo fenômeno da “globalização”.

Todavia, bem antes disso, o caráter necessariamente interligado das economias capitalistas nacionais, bem como suas potencialidades e riscos, já era objeto de estudo, reflexão e elaboração teórica por parte de intelectuais de várias áreas e filiações, mas sobretudo daqueles ligados, de alguma forma, ao marxismo. Por conta disso, temas como imperialismo, dependência e subdesenvolvimento atravessaram todo o século XX, e continuam hoje em pauta, ainda que trajados de outra forma.

A conhecida filósofa, economista e militante comunista polonesa/alemã Rosa Luxemburgo esteve entre os primeiros a colocar em cena o

necessário embate entre, por um lado, o internacionalismo da acumulação capitalista e, por outro, a construção de estados nacionais com algum grau de autonomia. Neste número, Antonio Motta Filho elabora detalhada análise (incluindo expressivo volume de dados empíricos) dos primeiros escritos de Rosa, concernentes à chamada “questão polonesa”, e que podem ter conformado seus estudos ulteriores sobre a dinâmica da acumulação capitalista.

Mesmo sob os auspícios de uma historicamente inédita gestão mundial compartilhada, forjada pela situação geopolítica do imediato pós-Segunda Guerra, o ímpeto avassalador da lógica do capital não foi completamente refreado no período conhecido como “os trinta anos gloriosos” (do final da guerra até meados dos anos 1970). Ele se fez sentir, seja através da internacionalização dos mercados internos operada pelos investimentos externos diretos das grandes multinacionais dos países centrais, seja pela reiteração de mecanismos deletérios às nações periféricas, como a deterioração dos termos de troca e as trocas desiguais. Buscando uma renovação crítica da teoria marxista da dependência, Leonardo Leite e Matheus Alves empreendem uma investigação adicional sobre os escritos de Ruy Mauro Marini, com destaque para a *Dialética da Dependência*, de 1973, visando refletir sobre esses fenômenos e sua inter-relação com a questão da superexploração da força de trabalho, conceito, como se sabe, de enorme importância na obra do pensador marxista brasileiro.

A reflexão a respeito dos fenômenos sobre os quais se debruçou a teoria da dependência, desde sua pré-história no âmbito da Cepal, tinha inequivocamente como pano de fundo a questão do subdesenvolvimento, ao qual pareciam estar relegadas as nações de determinadas regiões do globo. Entre nós, nenhum pensador foi mais representativo da busca de soluções para o atraso de países como o Brasil do que Celso Furtado. Sua vasta obra foi amplamente discutida e analisada em seus mais variados aspectos, mas a investigação acerca de seu trabalho vem ganhando novos caminhos com a edição, em anos recentes, de duas publicações de caráter pessoal e público

a um só tempo, a exemplo de sua famosa autobiografia: *Diários Intermitentes: 1937-2002* e *Correspondência Intelectual: 1949-2004*.

Roberto Pereira Silva e Renata Bianconi investigam o novo material a fim de discutir uma questão bem específica, mas associada à vocação internacionalista do capital e a suas consequências não só econômicas, como também políticas, para os países de fora do centro do sistema: o impacto do golpe militar de 1964 (completando, por sinal, 60 anos) sobre a trajetória intelectual do grande economista. Começando pelas reflexões de Furtado acerca do processo de substituição de importações, a investigação vai até seu exame dos condicionantes externos ao desenvolvimento no contexto da Guerra Fria. Ora, é exatamente esse contexto que é parcialmente responsável pelo sucesso do movimento golpista, dado que contou com decisivo apoio, e, depois, pleno reconhecimento dos ditadores militares, pelos Estados Unidos, fatos hoje amplamente documentados. Não é à toa que uma das primeiras medidas econômicas dos militares foi a revogação da Lei de Remessa de Lucros, assinada por João Goulart em 1962, ocasião em que era ministro do Planejamento justamente Celso Furtado.

E a Guerra Fria, como se sabe, foi inflamada pela Revolução Cubana. A mística em relação a um de seus lendários protagonistas está em geral focada, e não sem razão, em sua vigorosa e impetuosa atividade de guerrilheiro durante as revoltas/revoluções na América Latina dos anos 1960. Todavia, Ernesto Che Guevara foi também teórico, refletindo intensamente sobre a forma de organização que deveria ter uma economia socialista. A polêmica em que se envolveu, enquanto ministro cubano nos primeiros anos do governo revolucionário, conhecida como “El Gran Debate”, e que incluiu nomes como o de Ernest Mandel, é só uma das evidências dessa faceta pouco conhecida do guerrilheiro. Em artigo que explora com mais profundidade esse lado do célebre revolucionário, Gina Loncomilla especula em torno de um possível diálogo entre ele e uma das figuras centrais do debate original sobre o cálculo socialista, o economista e diplomata polonês Oskar Lange. Segundo a autora, o resultado de tal diálogo convergiria para

a relevância da *técnica* (entendida como o processo de organização racional do trabalho em uma empresa, visando alcançar objetivos determinados) na configuração de uma economia socialista, o que evidenciaria, por sua vez, a importância das contribuições teóricas de Che, bem como de seus projetos no campo tecnocientífico cubano.

O pós-Guerra Fria, como é amplamente conhecido, foi marcado pela ascensão do pensamento neoliberal e pelo domínio cada vez maior das formas e valores derivados do império do capital. Vários são os resultados danosos dessa cheia do capitalismo, que engolfa o mundo há mais de quatro décadas, como o aumento da desigualdade dentro e entre os países, o agravamento da crise climático-ambiental e o fortalecimento da extrema direita mundo afora, para citar apenas alguns. Paulo Furtado de Araújo se debruça sobre a temática. Mais especificamente, advoga que, na atual etapa, desenha-se com toda sua força destrutiva a tendência do sistema a promover a dissolução dos laços sociais mediados pelo valor, resultando numa crise de feição estrutural e no esgotamento do ímpeto civilizatório que a sociedade do capital pareceu um dia portar.

No mesmo registro, da discussão da sociabilidade e dos “sujeitos” produzidos pelo capital, Eleutério Prado escrutina as considerações do filósofo coreano Byung-Chul Han, autor do livro *Capitalismo e impulso de morte: ensaios e entrevistas*. Partindo das relações estabelecidas pelo pensador entre o impulso automático da produção e da acumulação, por um lado, e a tendência da sociabilidade moderna a negar e invisibilizar a morte, por outro, – que resultam num impulso permanente à violência e à própria acumulação – Prado busca compreender, passando entre outros por Freud, como “os avatares da sociabilidade do capital” se instalam na subjetividade do indivíduo, tornando-o *homo oeconomicus*, mas carregando ao mesmo tempo a “negação determinada” dessa condição existencial. Ele termina lembrando a solução comunista concebida por Marx, bem como o Marcuse de *Eros e Civilização*, para quem, “hoje, a luta pela vida, a luta por Eros, é a luta política”.

Fechando o número e voltando à questão da viabilidade ou não de estados nacionais autônomos frente à vocação, não só de infinitude, como de universalidade do capital e de sua dinâmica, Artur Monte-Cardoso resenha o último livro de Joao Paulo de Toledo Hadler, *Para uma anatomia da crise: ensaio sobre a crise do desenvolvimento no capitalismo e a reversão estrutural brasileira*. Segundo Monte-Cardoso, na obra figura a tese da crise brasileira enquanto fenômeno estrutural de longo prazo, expressão dos condicionantes da crise igualmente estrutural do capital combinada com o processo de reversão neocolonial pelo qual passam certas sociedades na atualidade. Entra aí em jogo, conforme o resenhista, a própria ideia de superação do desenvolvimento, que toma em geral como modelo a experiência histórica dos países centrais. Como escapar do fetiche do desenvolvimento, senão passando por uma orientação alternativa em direção ao socialismo? Uma questão, fácil perceber, claramente associada às reflexões tanto de Paulo Furtado quanto de Eleutério Prado sobre a sociabilidade possível sob as botas do capital em estado permanente de crise.

O conjunto de artigos aqui publicados espera contribuir, mais uma vez, para uma proveitosa reflexão acerca da maré gigantesca contra a qual remamos, bem como da luta política necessária para atravessá-la. Agradecemos, mais uma vez, o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) e o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, pelo apoio material imprescindível à edição deste número. Ficam aqui nossos sinceros agradecimentos.

Boa leitura!